

# NOVOS DADOS SOBRE A ESTRUTURA SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO<sup>1</sup>

Ricardo Abramovay<sup>2</sup>  
Maria Carlota Meloni Vicente<sup>3</sup>  
Celma da Silva Lago Baptistella<sup>4</sup>  
Vera Lúcia Ferraz dos Santos Francisco<sup>5</sup>

## RESUMO

Este trabalho procura estabelecer um método de quantificação do peso social, econômico e territorial da agricultura familiar. Levantaram-se no campo, por amostragem, questões referentes ao número de dias-homem empregados nos imóveis, destacando de um lado o trabalho assalariado e de outro o trabalho familiar. Assim, a metodologia desenvolvida possibilitou o estudo dos imóveis rurais de acordo com a organização do trabalho, bem como a avaliação do desempenho produtivo dos setores patronal e familiar da agricultura paulista.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, agricultura patronal, trabalho assalariado.

## NEW DATA ON SOCIAL STRUCTURE OF THE AGRICULTURAL DEVELOPMENT IN THE STATE OF SÃO PAULO, BRAZIL

### SUMMARY

This paper establishes a method to measure the social, economic and territorial importance of family farm agriculture. Data concerning the labor employed in the farm-level showing the employee labor and family labor were obtained by a sample survey. The method developed allowed the study of the farm-level, as well as the evaluation of the production performance of family and non-family agriculture.

**Key-words:** family agriculture, non-family agriculture, labor employed.

## 1 - INTRODUÇÃO

Não existe método universalmente reconheci-

---

<sup>1</sup>Trabalho referente ao projeto SPTC 16-026/92, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). Os autores agradecem a colaboração do Analista de Sistemas Arnaldo Lopes Junior, do Técnico Agrícola Emerson Pieralini e do Estagiário Renato Dardes Barbiero. Recebido em 14/03/96. Liberado para publicação em 20/05/96.

<sup>2</sup>Sociólogo, Dr., Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

<sup>3</sup>Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>4</sup>Sociólogo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>5</sup>Estatístico, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

do como válido para se quantificar o peso social e econômico da agricultura familiar. Os procedimentos empregados neste sentido costumam ser indiretos, como que derivados do domínio da indução. O mais usual é que se estabeleça um certo intervalo de área no interior da qual estaria situada (podendo assim ser quantificada) a agricultura familiar. DE JANVRY et al. (1989) estipula para quase toda a América Latina que os imóveis familiares são os situados entre 10 e 50 hectares. Trabalho recente de GUANZIROLI coord. (1994) estabelece o setor familiar da agricultura entre 20 e 100 hectares e o patronal entre 500 e 10.000 hectares<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup>Estes parâmetros foram posteriormente modificados. Em trabalho ainda não publicado, a FAO estabeleceu o critério de excluir do universo considerado os estabelecimentos que empregam assalariados permanentes e os que não recorrem a mais que cinco tem-

Ninguém ignora que se trata de aproximação no mínimo insatisfatória, mas indicativa, e à qual se recorre na ausência de outras informações. Habitualmente, os Censos Agropecuários são estratificados por grupos de área (caso do Brasil) e/ou por grupos de valor da produção (caso dos EUA e da França, por exemplo). Eles podem fornecer boas imagens da distribuição da terra, dos ativos, do trabalho e do valor produzido entre diferentes grupos de área e diferentes grupos de valor da produção. Mas nem o valor da produção nem a área são suficientes para informar a maneira como está sendo organizado o trabalho no interior de um imóvel agropecuário. Além disso, a assimilação entre um certo tamanho de área ou dimensão econômica à natureza social do imóvel tende a ser estática e a subestimar um fenômeno importante que é a capacidade de acumulação (e portanto de ampliação tanto da dimensão econômica, quanto da área possuída) da agricultura familiar (GASSON & ERRINGTON, 1993; ABRAMOVAY, 1993).

Portanto, por mais que o método de se quantificar a agricultura familiar com base em estratos de área ou no valor da produção seja uma aproximação freqüentemente inevitável, ele, além de impreciso, contém um risco de natureza teórica e metodológica: **induz à assimilação entre agricultura familiar e pequena produção**, já que, na maior parte das vezes, não contempla a possibilidade de este setor ultrapassar certas dimensões de área ou certos montantes de valores obtidos com seu trabalho. Um dos mais eloqüentes exemplos neste sentido é fornecido pelo trabalho de SANDRONI (1994) que, para mostrar a perda de peso da "pequena produção mercantil" frente à "produção capitalista" estuda a evolução da participação na oferta agropecuária dos estabelecimentos com menos de 10 hectares, chegando, evidentemente à conclusão de que a pequena produção mercantil tem importância cada vez menor entre nós.

KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90) ofereceram importante contribuição para superar estes limites (Anexo 1). Como o Censo não permite **estratificar os estabelecimentos por tipo de organização do trabalho**, as autoras recorreram a aproximações. Embora tenham evitado aquilo que convencionalmente é o mais adotado (estipular um certo intervalo de área ou de valor da produção), elas ainda assim não escapam

porários em um mês.

de aproximações, que, também, comprometem uma quantificação rigorosa da agricultura familiar. De fato, reconhecem que é fundamental diferenciar a produção familiar "...segundo o peso relativo do trabalho assalariado (ou contratado) no conjunto da força de trabalho necessária à exploração do estabelecimento. Esta importância relativa está [na pesquisa que elas levam adiante] captada pelo caráter temporário ou permanente do assalariamento, quando não, de sua ausência, dada a impossibilidade de quantificar os volumes de força de trabalho familiar e contratada, com os dados disponíveis" (o grifo é dos autores) (BERGAMASCO, 1993).

Apesar do avanço representado pelo trabalho de KAGEYAMA e BERGAMASCO (1989/90), trata-se ainda de uma forma de indução. Dentro do agregado de todos os estabelecimentos que usam mão-de-obra familiar, em suma, elas estabelecem duas grandes classes: os que usam trabalho permanente e que são considerados **empresas familiares** e os que ou não empregam qualquer tipo de trabalho assalariado ou que o fazem, mas a título exclusivamente temporário. O pressuposto é que a presença de trabalho assalariado permanente mostra dependência tão grande com relação à mão-de-obra contratada que se trata de uma categoria colocada à parte, a **empresa familiar**. As informações analisadas no presente estudo não corroboram esta hipótese (Anexo 1).

Procurou-se, assim, superar as dificuldades encontradas nas pesquisas com dados do Censo. O objetivo central é justamente quantificar os volumes de trabalho familiar e contratado - **em termos de tempo** - e assim avaliar o peso social, econômico e territorial daqueles **imóveis** que se apóiam exclusiva ou principalmente nos laços familiares como base para organização do trabalho, relativamente aos que usam de maneira preponderante ou exclusiva mão-de-obra assalariada<sup>7</sup>.

## 2 - METODOLOGIA

Este item divide-se em três partes: detalha-

<sup>7</sup>"A proporção de trabalho assalariado com relação ao familiar é teoricamente mais aceitável como critério. Colocar isso em prática requer uma estimação confiável da oferta de trabalho familiar" (GASSON & ERRINGTON, 1993).

mento da obtenção dos dados, processo de depuração das informações e classificação dos imóveis rurais.

## 2.1 - Descrição do Levantamento

As informações coletadas referem-se aos dias-homem utilizados na agricultura, à quantidade produzida, aos preços obtidos com a venda dos produtos e ao valor da produção agropecuária dos imóveis rurais paulistas na safra 1990/91. Os dados foram obtidos por meio de levantamento junto aos produtores rurais, sendo que os questionários foram enviados a campo e levantados pelos técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em novembro de 1991.

Utilizou-se o mesmo esquema amostral do levantamento realizado pelo IEA para previsão e estimativas de safras agrícolas, bem como dados sobre diversos aspectos do setor rural paulista. Trata-se de uma amostra aleatória, com 3.622 elementos (imóveis rurais) sorteados dentre os 305.704 do Estado (ANEFALOS; VICENTE; FAGUNDES, 1994), estratificada pelo tamanho do imóvel (11 estratos de área) e pela região (10 DIRAs - Divisões Regionais Agrícolas), conforme CAMPOS & PIVA (1974). Esta amostra considera somente os imóveis com mais de 3,0 hectares.

O levantamento foi elaborado em duas partes. A primeira refere-se ao tempo de trabalho destinado à produção agropecuária na safra 1990/91, nas categorias: proprietário, arrendatário, parceiro e seus familiares, assalariados residentes ou não, assalariados temporários e o total de trabalho empregado em cada imóvel. Para cada categoria perguntou-se:

- a) número de pessoas ocupadas no período de 12 meses;
- b) número de meses trabalhados e
- c) número de dias-homem utilizados no período.

A segunda parte refere-se ao valor da produção dos principais produtos da agropecuária paulista, quais sejam: algodão, amendoim, arroz, café beneficiado, cana-de-açúcar para forragem e indústria, feijão, milho, soja, laranja, aves para corte, carne bovina e suína, leite, ovos e outros. Com base nesses dados chega-se ao valor total da produção de cada imóvel. Para cada produto foram elaboradas as questões:

- a) quantidade produzida;
- b) preço médio obtido por unidade em cada questionário e
- c) valor da produção.

Embora os preços recebidos pelo produtor tenham sido coletados para cada imóvel, o valor da produção foi calculado com base nos preços dos produtos agropecuários de novembro de 1991, publicados pelo IEA (PREÇOS, 1992). Esse procedimento teve por objetivo atualizar o valor da produção para um mesmo momento no tempo, devido às condições de inflação crescente no período compreendido na pesquisa.

Dessa forma, foi possível cruzar a informação a respeito da organização do trabalho com outras variáveis referentes à área, ao valor da produção e aos dias-homem trabalhados. Para cada imóvel pesquisado pode-se saber qual o regime de trabalho adotado, qual o tempo que lhe dedicou cada categoria (familiar ou não familiar) e, ao mesmo tempo, quanto este imóvel produziu e qual a área que ocupou.

## 2.2 - Verificação da Qualidade dos Dados

Para verificação dos dados levantados utilizaram-se técnicas para avaliar a consistência interna de cada questionário. Nesse processo são estabelecidas relações lógicas entre as informações, sendo o resultado obtido comparado com limites pré-estabelecidos e os erros detectados, analisados e corrigidos quando necessário.

Esse procedimento baseia-se no estudo de PINO (1986) onde se considera um  $(\vec{X})$  vetor aleatório  $m \times 1$ , constituído das  $m$  variáveis do levantamento. Se  $f$  e  $g$  forem funções reais de  $X$  (inclusive constante), então, o valor de um teste é definido por:

$$T(\vec{X}) = \frac{f(\vec{X})}{g(\vec{X})}$$

com  $T(\vec{X}) \in [L_i, L_r]$ , onde,  $L_i$  e  $L_r$  são números reais,  $L_i \leq L_r$ . Como  $f$  e  $g$  têm significado prático, chama-se de  $T$  um teste de consistência interna.

Dado o teste, há uma situação de erro (ou possível erro) quando pelo menos uma das seguintes situações ocorra:

a) valor baixo, quando  $T(\bar{X}) < L_i$  (menor que o limite inferior);

b) valor alto, quando  $T(\bar{X}) > L_s$  (maior que o limite superior);

c) valor diferente do esperado, quando  $L_i = L_s = L$  e  $T \neq L$  onde  $L$  é o valor esperado. Esta situação foi considerada caso particular das duas primeiras e

d) valor esquecido, quando  $g(\bar{X}) = 0$  e  $f(\bar{X}) \neq 0$  (denominador nulo) ou quando  $g(\bar{X}) \neq 0$  e  $f(\bar{X}) = 0$  (numerador nulo).

O intervalo de tolerância do teste foi definido *a priori*, ou seja, antes de se aplicar os testes aos dados. Há três tipos de intervalos:

a) intervalo lógico (os limites são estabelecidos pela própria lógica do teste);

b) intervalo histórico (os limites são estabelecidos pelo conhecimento prévio do assunto) e

c) intervalo calculado (os limites se baseiam nos próprios dados levantados, uma vez que sua distribuição seja normal).

Para os dados de tempo de trabalho humano nos imóveis rurais foi utilizado intervalo lógico. Já nos testes para os dados do valor da produção, o intervalo calculado foi o mais adequado, e nos preços

obtidos pelo agricultor, lançou-se mão do intervalo histórico<sup>8</sup>.

### 2.3 - Classificação dos Imóveis Rurais

Do universo das informações obtidas, elaborou-se uma estratificação com base na **relação entre o uso de trabalho familiar e não familiar no interior de cada imóvel**. Efetuou-se a distinção das seguintes classes de imóveis:

a) **Classe 1** é composta por aqueles que não recorreram, durante 1991, a qualquer forma de trabalho assalariado (nem permanente, nem temporário);

b) **Classe 2** é formada por aqueles imóveis que recorreram a trabalho assalariado (seja permanente, seja temporário), mas em proporção menor (**medida em tempo**) que o trabalho familiar;

c) **Classe 3** está no caso extremamente inverso, aí o trabalho familiar existe ao lado de uma quantidade de trabalho assalariado que lhe é superior e

d) **Classe 4**, enfim, reúne aqueles imóveis em que nenhum membro da família declarou trabalhar.

As classes de análise assim estabelecidas foram cruzadas com outros parâmetros de acordo com as seguintes matrizes:

		Classes de imóveis				
E s t r a t i f i c a d o d e á r e a	$PA_{11}$	$PA_{12}$	...	$PA_{1m}$	$\sum_{j=1}^{j=m} PA$	
	$PA_{21}$	$PA_{22}$	...	$PA_{2m}$	$\sum_{j=1, j \neq 2}^{j=m} PA$	
	...	...	...	...	...	
	$PA_{n1}$	$PA_{n2}$	...	$PA_{nm}$	$\sum_{j=1, j \neq n}^{j=m} PA$	
	$\sum_{i=1}^{i=n} \sum_{j=1}^{j=m} PA$	$\sum_{i=1}^{i=n} \sum_{j=2}^{j=m} PA$	...	$\sum_{i=1}^{i=n} \sum_{j=m}^{j=m} PA$	$\sum_{i=1}^{i=n} \sum_{j=1}^{j=m} PA$	

<sup>8</sup>Os limites para a variável "preços" foram elaborados com base nos preços dos produtos agrícolas publicados em PREÇOS (1992).

Onde:

$i = 1, \dots, n$  (estratos de área onde  $n=4$ );

$j = 1, \dots, m$  (classes de imóveis onde  $m=4$ );

$PA$  = é o parâmetro analisado podendo ser: dias-homem, área e valor da produção;

$PA_{ij}$  = Valor do parâmetro na classe de imóvel  $j$  no estrato de área  $i$ ;

$PA_i$  = Valor do parâmetro no estrato de área  $i$ ;

$PA_j$  = Valor do parâmetro na classe de imóvel  $j$  e

$PA$  = Valor do parâmetro no Estado de São Paulo.

Classes de imóveis

P r o d u t o s  a g r í c o l a s	$VP_{11}$	$VP_{12}$	...	$VP_{1m}$	$\sum_{j=1, j \neq 1}^{j=m} VP$
	$VP_{21}$	$VP_{22}$	...	$VP_{2m}$	$\sum_{j=1, j \neq 2}^{j=m} VP$
	...	...	...	...	...
	$VP_{n1}$	$VP_{n2}$	...	$VP_{nm}$	$\sum_{j=1, j \neq n}^{j=m} VP$
	$\sum_{i=1, j \neq 1}^{i=n} VP$	$\sum_{i=1, j \neq 2}^{i=n} VP$	...	$\sum_{i=1, j \neq m}^{i=n} VP$	$\sum_{i=1}^{i=n} \sum_{j=1}^{j=m} VP$

Onde:

$i = 1, \dots, n$  (produtos agrícolas onde  $n=4$ );

$j = 1, \dots, m$  (classes de imóveis onde  $m=4$ );

$VP_{ij}$  = Valor da produção da classe de imóvel  $j$  no produto  $i$ ;

$VP_i$  = Valor da produção do produto  $i$ ;

$VP_j$  = Valor da produção da classe de imóvel  $j$  e

$VP$  = Valor da produção total do Estado de São Paulo.

Calcularam-se as participações  $P_{ij}$ ,  $Q_{ij}$ ,  $Z_{ij}$  e  $S_{ij}$  da seguinte forma:

$$P_{ij} = \frac{VP_{ij}}{VP_i}$$

$$Q_{ij} = \frac{VP_{ij}}{VP_j}$$

$$Z_{ij} = \frac{PA_{ij}}{PA_i}$$

e

$$S_{ij} = \frac{PA_{ij}}{PA_j}$$

onde:

$P_{ij}$  = Participação da classe de imóveis  $j$  no valor da produção do produto  $i$ ;

$Q_{ij}$  = Participação do produto  $i$  no valor da produção da classe de imóveis  $j$ ;

$Z_{ij}$  = Participação do parâmetro na classe de imóveis  $j$  no estrato de área  $i$ ;

$S_{ij}$  = Participação do parâmetro no estrato de área  $i$  no total do parâmetro na classe de imóveis  $j$ .

Acrescenta-se, também, que a amostra empregada para estimar o valor da produção foi dimensionada para algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja, cana-de-açúcar, café, laranja e pecuária bovina. Contudo, os outros produtos constam dos resultados, com a finalidade de fornecer indicações sobre a participação das classes de imóveis no valor da produção desses produtos.

### 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dada a quantidade de informações coletadas, serão expostos os principais resultados discutindo-se algumas hipóteses, que deles emergem, no próximo item do trabalho.

#### 3.1 - A Preponderância Econômica da Agricultura Patronal

Diferentemente do que ocorre em outros setores da economia, o desenvolvimento agrícola dos

países capitalistas avançados fundamenta-se socialmente em unidades produtivas onde a propriedade do capital, a gestão e a maior parte do trabalho vêm da família (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992). O peso do trabalho assalariado é minoritário e mesmo que se tenha estabilizado ou até crescido levemente em períodos mais recentes, apresenta uma tendência de longo prazo declinante.

A estrutura social do desenvolvimento da agricultura no Estado de São Paulo oferece um quadro oposto ao que prevalece nos países capitalistas centrais: o **trabalho assalariado** tem peso **preponderante** e as unidades produtivas que nele fundamentalmente se apóiam, embora representem parcela minoritária dos imóveis, contribuem para a formação da maior parte do valor da produção, da **quantidade de trabalho** usada no setor e da **área explorada**.

Como era de se esperar, os imóveis que dependem principal ou exclusivamente de mão-de-obra assalariada (classes 3 e 4 dessa definição) não são a maioria, e o simples exame do número de informantes poderia fornecer a falsa imagem de preponderância das unidades exclusiva ou predominantemente familiares. Com efeito, as classes 3 e 4 correspondem, respectivamente, a 17,46% e 18,82% dos informantes do Estado (Tabela 1)<sup>9</sup>. Portanto, pouco mais de um terço dos informantes organizam o trabalho de seus imóveis fundamentalmente (ou exclusivamente) sobre a base do assalariamento<sup>10</sup>.

<sup>9</sup>O leitor deve estar atento para as duas "entradas", das informações aqui expostas. A tabela 1, por exemplo, é lida assim: a) os imóveis da classe 1 são 50,87% dos imóveis do Estado e b) de todos os imóveis entre 3,1 e 20,0 hectares, 63,95% pertencem à classe 1. Já a tabela 8 traduz outro tipo de cruzamento entre as variáveis **classe** e **grupo de área**. Suas duas leituras são as seguintes: a) os imóveis entre 3,1 e 20,0 hectares representam 40,98% dos informantes do Estado e b) de todos os imóveis da classe 1, 51,51% têm entre 3,1 e 20,0 hectares.

<sup>10</sup>Foi surpreendente que a classe 4 (de imóveis baseados exclusivamente em mão-de-obra assalariada, onde nenhum membro da família trabalha) tivesse um peso tão alto entre o número de informantes. Tanto mais que sua participação no valor da produção e na distribuição da área total é levemente inferior à da classe 3. Assim, no interior da classe 4 estão imóveis tipicamente patronais (grandes fazendas de cana-de-açúcar, de laranja e de gado, por exemplo) e estes são os que entram com o maior peso na maneira como esta classe participa na quantidade de dias-homem, de valor da produção e de área que lhe corresponde. Mas estão aí incluídos também sítios que na verdade são praticamente locais de recreio, o que "incha" sua participação no número de informantes.

TABELA 1 - Distribuição Percentual do Número de Informantes entre as Classes de Imóveis Produtores, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	nº de informantes entre as classes de imóveis				Total
	1	2	3	4	
3,1 a 20,0	63,95	11,01	10,16	14,88	100,00
20,1 a 100,0	51,68	13,12	17,38	17,82	100,00
100,1 a 500,0	16,06	17,80	35,10	31,04	100,00
acima de 500,1	4,26	12,75	46,38	36,61	100,00
Total	50,87	12,85	17,46	18,82	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

Mesmo que correspondam juntas a pouco mais de um terço dos imóveis, as classes 3 e 4 contribuem, respectivamente, com 34,48% e 32,67% do valor da produção agropecuária. Mais de dois terços do valor da produção têm origem nestes tipos de imóvel. A preponderância econômica da agricultura patronal exprime-se também no fato de os imóveis das classes 3 e 4 responderem por 60,24% do conjunto de dias-homem empregados na agropecuária do Estado de São Paulo (Tabelas 2 e 3).

Em termos de produto, a agricultura patronal é majoritária, primeiramente, naqueles que são os produtos que correspondem à maior parte da formação do valor da produção estadual. Cana-de-açúcar (25,44%), carne bovina e suína (14,82%)<sup>11</sup> e laranja (13,46%) respondem, sozinhos, por 53,72% do valor da produção estadual (Tabela 4). Verifica-se, também, que os imóveis das classes 3 e 4 têm peso decisivo na oferta destes três produtos (Tabela 5). Metade da produção de cana-de-açúcar vem de imóveis puramente patronais (classe 4) e mais 31,65% de imóveis baseados, principalmente, em trabalho assalariado (classe 3), 81,76% da oferta de cana-de-açúcar em São Paulo vem de imóveis patronais<sup>12</sup>. Quanto à carne bovina, 60,20% de sua produção está em imóveis patronais (classes 3 e 4), sendo que na laranja estes

imóveis entram com 73,51% do valor da produção.

Mas não é somente nestes produtos típicos de grandes fazendas que a agricultura patronal é majoritária, mas no conjunto da produção agropecuária, com exceção apenas de algodão, aves e ovos (Tabela 5).

### 3.2 - Agricultura Familiar: Elementos de Desempenho Econômico

Não se pode deduzir, entretanto, desta preponderância econômica da agricultura, baseada no assalariamento, que as unidades familiares em São Paulo sejam globalmente marginais, pobres ou pequenas. Esta pesquisa não abordou a questão, sem dúvida importante, da renda dos agricultores. Mas ela permitiu indicadores que apontaram para o tipo de desempenho econômico dos diferentes setores estudados. E o que se vê aí é que, na maior parte dos casos, a agricultura familiar parece revelar um desempenho econômico no mínimo comparável ao da média do Estado e com frequência superior.

É bem verdade que, quando se analisam os imóveis baseados em mão-de-obra exclusivamente familiar, a imagem imediata é de precariedade: com 50,87% dos informantes, os imóveis da classe 1 respondem por apenas 16,77% do valor da produção. Visto por este ângulo, trata-se de um setor em que o trabalho despendido não se exprime proporcionalmente no valor obtido com a produção (Tabelas 1 e 2).

O confronto entre os dias-homem gastos e o

<sup>11</sup>Na verdade, o peso da carne suína aí é irrisório.

<sup>12</sup>É interessante destacar que desta metade da produção de cana-de-açúcar concentrada entre os imóveis puramente patronais (classe 4), 70% situam-se em imóveis com mais de 500 hectares (dados da pesquisa).

TABELA 2 - Distribuição Percentual do Valor da Produção entre as Classes de Imóveis Produtores, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	Valor da produção entre as classes de imóveis				Total
	1	2	3	4	
3,1 a 20,0	39,43	33,61	14,34	12,62	100,00
20,1 a 100,0	36,82	11,57	24,05	27,56	100,00
100,1 a 500,0	9,04	12,13	50,12	28,71	100,00
acima de 500,1	2,38	17,73	34,72	45,17	100,00
Total	16,77	16,08	34,48	32,67	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 3 - Distribuição Percentual do Número de Dias-homem entre as Classes de Imóveis Produtores, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	Dias-homem entre as classes de imóveis				Total
	1	2	3	4	
3,1 a 20,0	61,27	14,25	14,95	9,53	100,00
20,1 a 100,0	40,20	13,76	22,26	23,78	100,00
100,1 a 500,0	4,87	8,93	48,73	37,47	100,00
acima de 500,1	1,66	4,76	47,58	46,00	100,00
Total	28,55	11,21	32,49	27,75	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 4 - Participação Relativa do Valor da Produção das Principais Atividades Agrícolas, por Classe de Imóveis Rurais, Estado de São Paulo, 1991  
(em percentagem)

Produto	Classe				Total
	1	2	3	4	
Algodão	3,82	3,98	2,47	1,05	2,47
Arroz	2,81	1,24	2,89	1,26	2,08
Cana	17,23	10,89	23,36	39,01	25,44
Milho	14,46	13,67	10,93	6,32	10,46
Soja	7,21	3,75	4,91	2,14	4,21
Amendoim	0,98	1,04	2,58	0,65	1,43
Feijão	3,98	2,92	3,12	2,03	2,87
Café	10,09	2,16	5,98	4,04	5,42
Laranja	11,30	10,40	12,68	16,91	13,46
Leite	13,88	5,72	12,92	8,95	10,63
Carnes bovina e suína	6,19	30,23	15,17	11,29	14,82
Aves e ovos	8,05	14,00	2,99	6,35	6,71
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.



TABELA 5 - Participação Relativa das Diferentes Classes de Imóveis Rurais no Valor da Produção das Principais Atividades Agrícolas, Estado de São Paulo, 1991  
(em percentagem)

Produto	Classe				Total
	1	2	3	4	
Algodão	25,92	25,93	34,33	13,82	100,00
Arroz	22,65	9,58	47,98	19,79	100,00
Cana	11,36	6,88	31,65	50,11	100,00
Milho	23,19	21,01	36,04	19,76	100,00
Soja	28,76	14,35	40,29	16,60	100,00
Amendoim	11,44	11,67	62,06	14,83	100,00
Feijão	23,21	16,31	37,40	23,08	100,00
Café	31,22	6,39	38,04	24,35	100,00
Laranja	14,07	12,42	32,47	41,04	100,00
Leite	21,91	8,65	41,91	27,53	100,00
Carnes bovina e suína	7,00	32,80	35,30	24,90	100,00
Aves e ovos	20,13	33,54	15,38	30,95	100,00
Total	16,77	16,07	34,48	32,68	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

valor da produção corrobora esta afirmação, embora a desproporção aí não seja tão grande: com efeito, os imóveis da classe 1 ocupam 28,55% dos dias-homem e produzem apenas 16,77% do valor total (Tabelas 2 e 3).

É interessante observar também que, contrariamente a resultados obtidos habitualmente neste tipo de pesquisa<sup>13</sup>, a própria relação entre valor da produção e área é também negativa: para produzir os 16,77% do valor da produção, os imóveis da classe 1 incorporaram 20,91% da área (Tabelas 2 e 6).

Este quadro se inverte, entretanto, tão logo passamos à classe seguinte, a das unidades em que o trabalho - medido em tempo - é predominantemente (mas não exclusivamente) familiar: na classe 2, com efeito, estão 12,85% dos informantes, que por sua vez, respondem por 16,08% do valor da produção. Para atingir estes 16,08% do valor da produção, os imóveis da classe 2 usam apenas 11,21% dos dias-homem e 12,85% da área total. Trata-se, portanto, de um setor familiar que valoriza o trabalho empre-

gado em proporção superior à da média estadual. Ao mesmo tempo, trata-se de um setor que produz uma parcela do valor agropecuário total superior à proporção da área total que ocupa (Tabelas 2, 3 e 6).

A tabela 7 compara a proporção de informantes, da área, dos dias-homem trabalhados e do valor da produção de cada classe e grupo de área relativamente a sua participação percentual no total estadual. Ela fornece uma indicação do que representa cada classe e grupo de área não relativamente a sua própria classe ou grupo de área, mas ao total do Estado.

É verdade que o menor estrato (3,0 a 20,0 hectares) da classe 1 oferece os piores parâmetros neste sentido. Os agricultores que usam exclusivamente mão-de-obra familiar e que têm menos de 20,0 hectares são 26,21% do total, empregam 13,75% do tempo trabalhado na agricultura paulista, ocupam 4,03 da área e produzem 3,86% do valor agropecuário do Estado. É neste estrato da classe 1 que o trabalho é menos valorizado. E é importante notar, que, como ocorre globalmente com a classe 1, neste estrato tampouco a baixa valorização do trabalho é compensada por uma capacidade particularmente grande de intensificação do uso

<sup>13</sup>Este aspecto será desenvolvido abaixo, no item 4 deste trabalho.

TABELA 6 - Distribuição Percentual da Área Total entre as Classes de Imóveis Produtores, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	Área entre as classes de imóveis				Total
	1	2	3	4	
3,1 a 20,0	61,47	10,49	13,53	14,51	100,00
20,1 a 100,0	46,78	14,68	19,18	19,36	100,00
100,1 a 500,0	13,33	16,36	36,17	34,14	100,00
acima de 500,0	3,67	8,93	43,47	43,93	100,00
Total	20,91	12,85	33,32	32,92	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 7 - Proporção dos Informantes, dos Dias-homem, do Valor da Produção e da Área Total Correspondentes a Cada Estrato de Área e a Cada Classe, Estado de São Paulo, 1991 (em percentagem)

Estrato (ha)	Classe 1			
	Informantes	Dias-homem	Valor da produção	Área
3,1 a 20,0	26,21	13,75	3,86	4,03
20,1 a 100,0	22,50	12,91	9,44	11,17
100,1 a 500,0	2,10	1,66	2,64	4,41
Acima de 500,0	0,10	0,19	0,86	1,36
Estrato (ha)	Classe 2			
	Informantes	Dias-homem	Valor da produção	Área
3,1 a 20,0	4,50	3,19	3,28	0,69
20,1 a 100,0	5,71	4,44	2,96	3,50
100,1 a 500,0	2,30	3,04	3,53	5,41
Acima de 500,0	0,30	0,55	6,28	3,27
Estrato (ha)	Classe 3			
	Informantes	Dias-homem	Valor da produção	Área
3,1 a 20,0	4,16	3,36	1,41	0,82
20,1 a 100,0	7,55	7,18	6,16	4,59
100,1 a 500,0	4,55	16,59	14,61	11,95
Acima de 500,0	1,19	5,38	12,31	15,92
Estrato (ha)	Classe 4			
	Informantes	Dias-homem	Valor da produção	Área
3,1 a 20,0	6,11	2,14	1,23	0,96
20,1 a 100,0	7,75	7,67	7,06	4,63
100,1 a 500,0	4,03	12,76	8,36	11,27
Acima de 500,0	0,94	5,19	16,01	16,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

da área disponível. Esta observação é tanto mais importante que, isoladamente, os imóveis da classe I e que possuem menos de 20 hectares correspondem a mais de um quarto (26,21%) dos imóveis agropecuários de São Paulo (Tabela 7).

Quando se examinam, porém, os agricultores com menos de 20 hectares da classe 2, este quadro muda de figura. Os agricultores que usam preponderantemente (mas não exclusivamente) mão-de-obra familiar e que têm menos de 20 hectares são 4,5% dos informantes do Estado, empregam 3,19% do tempo total de trabalho e ocupam apenas 0,69% da área para produzir 3,28% do valor agropecuário do Estado. Nas classes 3 e 4, os pequenos imóveis, com menos de 20 hectares, mostram capacidade relativamente baixa (mas não tão baixa como na classe I) de valorização do trabalho, apresentando, porém, uma relação positiva entre a proporção do valor da produção total por que são responsáveis e a superfície estadual de que dispõem.

Na verdade, é somente entre os menores imóveis da classe I que aparece uma relação tão negativa (de 1 para 3,5) entre a parcela do valor total que é aí produzida e a proporção do trabalho total utilizada para tanto. Nos menores imóveis da classe 2 esta relação é positiva e nos menores imóveis das classes 3 e 4 esta relação é negativa mas não tanto quanto na classe I.

Em outras palavras, um quarto (26,21% dos informantes) dos imóveis agrícolas de São Paulo (o estrato de menos de 20 hectares da classe I) possuem um perfil global de baixo desempenho econômico. Em todos os outros estratos das outras classes, inclusive da própria classe I, os dados econômicos são bem mais positivos. Isso significa que a maior parte dos agricultores que trabalham em regime de economia exclusiva ou predominantemente familiar (com exceção do menor estrato da classe I) apresenta um desempenho que os aproxima da média da dinâmica econômica do Estado, em termos de produtividade do trabalho (expressa na relação entre a quantidade de dias-homem empregada e o valor obtido) e de capacidade de intensificar o uso do solo.

### 3.3 - Agricultura Patronal: Elementos de Desempenho Econômico

Que a agricultura patronal responda pela

maior parte da produção agrícola em São Paulo não é surpreendente. Mais interessante é verificar que não existe grande disparidade entre os três indicadores econômicos básicos quando se fala da agricultura patronal: os pesos com que entra na formação do valor da produção, na ocupação de dias-homem e na superfície utilizada são quase os mesmos. Evidentemente, há importantes diferenças por grupos de área, conforme se verá a seguir. Mas globalmente, a agricultura patronal ocupa 60,24% do tempo de trabalho, 66,24% da área e entra com 67,15% do valor da produção (Tabelas 2, 3 e 6).

### 3.4 - O Desempenho Econômico por Estrato de Área

Como ocorre em qualquer sociedade capitalista, há em São Paulo uma desproporção nítida entre o número de grandes imóveis e sua participação na área, no valor da produção e nos dias trabalhados. Os imóveis acima de 500,0 hectares não chegam a 3,0% do total e aqueles abaixo de 20,0 hectares ultrapassam 40,0%. A comparação com os dados de valor da produção, área e dias-homem deixa patente esta desproporção (Tabelas 8, 9, 10 e 11).

Mais interessante, entretanto, é examinar como cada um dos quatro estratos de área utiliza a superfície que ocupa do ponto de vista do valor produzido e da ocupação de mão-de-obra.

A primeira constatação, nesse sentido, é que a participação de cada um dos quatro estratos de área com que trabalha a pesquisa no valor da produção corresponde, grosso modo, ao peso de cada um na ocupação da área disponível. A exceção aí está nos menores imóveis que apresentam caráter mais intensivo, sob o ângulo da utilização do solo: ocupam 6,54% da área para produzir 9,78% do valor total. Nos outros estratos, a diferença entre produção e área é pouco significativa (Tabelas 9 e 10).

Na comparação destes parâmetros com os dias-homem empregados o quadro é diferente: os imóveis acima de 500,0 hectares mostram-se pouco intensivos em trabalho. Com apenas 11,68% dos dias-homem, eles ocupam 36,64% da área e respondem por 35,46% do valor da produção. Situação oposta encontra-se no outro extremo, onde os imóveis de 3,0 a 20,0 hectares precisam de 22,34% dos dias-homem para - em apenas 6,54% da área - realizar 9,78% do valor da produção. Nos imóveis entre 100,0 e 500,0 hectares existe con-

TABELA 8 - Distribuição Percentual do Número de Informantes na Classe de Imóvel Produtor, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	n° de informantes na classe de imóvel				Total
	1	2	3	4	
3,1 a 20,0	51,51	35,11	23,83	32,42	40,98
20,1 a 100,0	44,18	44,39	43,27	41,18	43,48
100,1 a 500,0	4,09	17,95	26,06	21,39	12,96
acima de 500,1	0,22	2,55	6,84	5,01	2,58
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 9 - Distribuição Percentual do Valor da Produção na Classe de Imóvel Produtor, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	Valor da produção na classe de imóvel				Total
	1	2	3	4	
3,1 a 20,0	23,01	20,46	4,07	3,78	9,78
20,1 a 100,0	56,25	18,44	17,88	21,61	25,62
100,1 a 500,0	15,71	22,00	42,36	25,60	29,14
acima de 500,0	5,03	39,10	35,69	49,01	35,46
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 10 - Distribuição Percentual da Área Total na Classe de Imóvel Produtor, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	Área na classe de imóvel				Total
	1	2	3	4	
3,1 a 20,0	19,19	5,33	2,64	2,88	6,54
20,1 a 100,0	53,34	27,23	13,73	14,02	23,84
100,1 a 500,0	21,03	42,00	35,81	34,20	32,98
acima de 500,0	6,44	25,44	47,82	48,90	36,64
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 11 - Distribuição Percentual do Número de Dias-homem na Classe de Imóvel Produtor, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	Dias-homem na classe de imóvel				Total
	1	2	3	4	
3,1 a 20,0	48,16	28,54	10,33	7,70	22,34
20,1 a 100,0	45,38	39,55	22,07	27,62	32,09
100,1 a 500,0	5,80	27,11	51,05	45,95	33,89
acima de 500,0	0,66	4,80	16,55	18,73	11,68
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

vergência entre os três parâmetros, e naqueles situados entre 20,0 e 100,0 hectares, a proporção de dias-homem supera (embora não tanto como entre os menores imóveis) a proporção correspondente da área e do valor da produção respectivos (Tabelas 9, 10 e 11).

### 3.5 - Observações sobre a Distribuição dos Produtos entre as Diferentes Classes

É claro que a participação relativa dos produtos na formação do valor da produção de cada classe tem um poder explicativo muito limitado. Portanto, não se trata de explicar as situações empíricas acima expostas com base nos produtos predominantes em cada classe. De qualquer maneira, algumas indicações podem ser retiradas destas informações.

a) Mais da metade do valor da produção dos imóveis que dependem exclusivamente de mão-de-obra assalariada (classe 4) vem de dois produtos: cana-de-açúcar (39,01%) e laranja (16,91%) (Tabela 4). Junto com a carne bovina, são mais de dois terços do valor da produção que se distribuem entre estes três produtos. A cana-de-açúcar é a cultura que exige grandes extensões territoriais: 53,68% da produção vem de imóveis com mais de 500 hectares. No caso da pecuária bovina, 67,38% da produção vem de imóveis com mais de 500,0 hectares. Em outras palavras, a força econômica da agricultura puramente patronal em São Paulo está diretamente relacionada com sua concentração num número limitado de produtos.

b) No caso da classe 1, a atividade distribui-se em quantidade maior de produtos. Mas embora a

cana seja uma cultura típica de grandes superfícies, é interessante observar que ela é o **produto de maior peso, mesmo na classe 1**. O que destaca particularmente a classe 1 com relação às outras são dois fatores importantes: a baixa participação da pecuária bovina; a classe 1 tem as maiores participações em três produtos sabidamente de difícil valorização econômica: 14,46% do que ela obtém vem do milho, 10,09% do café<sup>14</sup> e 13,88% do leite.

A classe 1 tem participação superior a 20% do valor da produção de algodão, arroz, milho, soja, feijão, café, leite, aves e ovos. Na carne bovina e na cana (produtos que entram respectivamente com 14,82% e 25,44% do valor da produção), o peso da classe 1 é baixo (ela contribui com apenas 11,36% da produção de cana-de-açúcar e com somente 7,01% da de carne) o que diminui sua participação na média global.

Tanto é assim, que na distribuição do valor da produção **sem incluir no cálculo a cana-de-açúcar**, a participação da classe 1 (mas também o das classes 2 e 3) aumenta e o da classe 4 perde quase 6 pontos percentuais (comparar as tabelas 2 e 12). Esta perda se concentra entre os imóveis com mais de 500,0 hectares (comparar as tabelas 9 e 13).

Portanto, com exceção destes que são os produtos que mais contribuem para a formação do valor da produção agropecuária de São Paulo (cana-de-açúcar, carne bovina e laranja), a agricultura **exclusivamente familiar** entra com mais de um quinto da oferta

<sup>14</sup>É claro que o caso do café deve ser visto com cuidado, dadas as sabidas e violentas oscilações em seus preços de ano para ano.

TABELA 12 - Distribuição Percentual do Valor da Produção, Exceto Cana-de-açúcar, entre as Classes de Imóveis Produtores, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	Classe				Total
	1	2	3	4	
3,1 a 20,0	40,77	34,47	13,54	11,22	100,00
20,1 a 100,0	35,12	11,74	24,22	28,92	100,00
100,1 a 500,0	9,67	12,86	48,97	28,50	100,00
acima de 500,0	2,88	26,97	41,14	29,01	100,00
Total	18,62	19,21	35,44	26,73	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 13 - Distribuição Percentual do Valor da Produção, Exceto Cana-de-açúcar, na Classe de Imóvel Produtor, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	Classe				Total
	1	2	3	4	
3,1 a 20,0	25,79	21,13	4,50	4,94	11,78
20,1 a 100,0	53,87	17,45	19,51	30,89	28,55
100,1 a 500,0	15,82	20,37	42,05	32,44	30,43
acima de 500,0	4,52	41,05	33,94	31,73	29,24
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

agrícola de todos os outros produtos<sup>15</sup>.

c) De tudo o que se produz na classe 2, 44,23% vêm da pecuária e do setor de aves e ovos. É a classe em que estes produtos aparecem com maior peso, o que contribui para explicar seus parâmetros econômicos globalmente positivos (Tabela 4). O setor de aves e ovos em São Paulo depende fundamentalmente do trabalho familiar, onde os imóveis que produzem com mão-de-obra exclusiva ou principalmente familiar respondem por 53,67% da produção desses itens (Tabela 5). Não é o caso da pecuária bovina, mas é interessante constatar que um terço do valor da produção da pecuária bovina em São Paulo vem de imóveis

da classe 2. A pecuária bovina e a produção de aves e ovos devem estar relacionadas com duas informações contidas na tabela 7.

Os imóveis com mais de 500 hectares da classe 2 têm um peso de 6,28% no valor da produção do Estado e de 39,10% no valor da produção da própria classe. Este valor da produção é obtido com parcela muito pequena dos dias-homem disponíveis (0,55% do total estadual), da área (3,27% do total) e por um número ainda menor de imóveis (0,30% dos informantes). Tudo indica que se trata aí de imóveis voltados fundamentalmente à pecuária de corte, mas que dependem basicamente de mão-de-obra familiar. O fato de que um terço da pecuária de corte em São Paulo venha de imóveis que contam em maior parcela com trabalho familiar é ainda mais significativo quando se leva em conta que a classe 2 representa ape-

<sup>15</sup>O amendoim, além de sua baixa participação no valor da produção estadual, é uma espécie de complemento à cana-de-açúcar, razão pela qual é um produto esmagadoramente patronal.

nas 12,85% do número de informantes, 11,21% do de dias-homem e 12,85% da área (Tabelas 1, 3, 6, 7 e 9).

Os menores imóveis da **classe 2** são os mais intensivos do ponto de vista dos dias-homem e do valor da produção por área, o que, certamente, relaciona-se com a forte presença da produção de aves e ovos.

d) Não existe predominância do que se pudesse considerar produção tipicamente de "subsistência" ou de "baixa renda" nas **classes 1 e 2**. É verdade que o milho é aí mais importante que nas outras duas classes: trata-se de cultura com alta absorção de mão-de-obra e em muitos casos cultivada com tração humana ou animal, sobretudo quando se trata de pequenos imóveis. Mas a importância do feijão e do arroz é muito menor que a da cana-de-açúcar, do café (sobretudo para a **classe 1**), da laranja e da pecuária (sendo a mais importante a leiteira para a **classe 1** e, também a de corte, para a **classe 2**) (Tabela 4).

#### 4 - TEORIA E MÉTODO

Com base nos resultados apresentados no item 3, serão discutidas algumas hipóteses sobre o tema agricultura familiar.

##### 4.1 - Agricultura Familiar: Um Conceito Claro e Distinto?

Nenhuma informação estatística tem, por si só, o poder de exprimir, quantificar ou sintetizar comportamentos sociais. Esta é a razão pela qual a palavra tipologia, quando aplicada a formas determinadas de estratificação de informações censitárias, possui significado sociológico restrito. Está-se longe da idéia weberiana de "tipo ideal", exatamente porque os grandes agregados estatísticos, por definição, são incapazes de identificar formas de interiorização de padrões que orientam a conduta dos indivíduos. Só uma abordagem inteiramente positivista dos fenômenos sociais - freqüente tanto na sociologia empírica, como em muitas correntes marxistas - pode ter a ilusão de deduzir das estratificações censitárias quais são ou quais deveriam ser as atitudes dos indivíduos e grupos sociais.

Neste sentido, é claro que esta pesquisa coloca uma questão metodológica de difícil solução: por

um lado, ela tem a pretensão de identificar rigorosamente um setor social. Por outro, ela é incapaz de responder à questão seguinte: em que, o fato de o trabalho estar organizado fundamentalmente em torno de laços de parentesco imprime à agricultura familiar comportamentos sociais, econômicos e culturais que lhes são particulares?

A resposta dada a esta questão pelos estudos de **campesinato** são inadequadas para o caso de sociedades em que a agricultura familiar está mergulhada num ambiente que se caracteriza pela força das instituições típicas do mundo capitalista<sup>16</sup>. As dinâmicas familiares não têm o poder de se sobrepor aos contextos sócio-econômicos em que se inserem as explorações agrícolas. Nada é menos evidente que a existência de uma **lógica econômica** particular àquelas unidades produtivas cujo trabalho se organiza em torno de laços de parentesco. Aqui também a idéia de **lógica econômica** específica à agricultura familiar esconde freqüentemente a imagem de que se trata de **pequena produção**, oposta à racionalidade capitalista.

Reconhecer entretanto que parte importante da agricultura familiar consegue não se marginalizar das instituições do mundo capitalista de maneira a recorrer a créditos bancários, usar assistência técnica, participar de cooperativas e propiciar a seus membros um padrão de vida cada vez mais urbanizado, significa que ela não tem particularidades sociológicas dignas de interesse?

A resposta a esta questão está provavelmente num ponto que não foi estudado neste trabalho: na interação entre a família e o negócio, no interior da agricultura familiar.

Dois dos mais importantes especialistas internacionais no assunto resumem esta questão num livro recente e que, nem de longe, trata de situações camponesas: "*O comportamento econômico e social nos empreendimentos agrícolas familiares (farm family business) difere provavelmente daquele encontrado em negócios não familiares por causa da interação entre dois componentes, a unidade familiar de produção (family farm) e a unidade familiar ou o domicílio*" (GASSON & ERRINGTON, 1993).

Se esses autores utilizam a expressão *farm*

<sup>16</sup>Ver neste sentido ABRAMOVAY (1992), especialmente o capítulo IV.

*family business*<sup>17</sup> é por ser mais ampla do que a idéia de *family-worked farm*:

*"Com o passar do tempo, o capital (principalmente na forma de maquinaria) é um auxílio para superar as limitações que a dependência do trabalho familiar impõe às unidades produtivas trabalhadas pela família (family-worked farm). Este é um ponto crucial. Quando os mais importantes insumos para a produção eram terra e trabalho, a escala e a natureza das atividades nas unidades produtivas familiares eram determinadas em grande medida pela oferta de trabalho familiar. A produção era fortemente dependente do número de crianças, pelo ciclo de vida familiar, pela idade e pela saúde do responsável pelo estabelecimento e sua esposa. A maior dependência de capital significa que o tamanho do negócio não é mais limitado pela oferta de trabalho familiar"* (GASSON & ERRINGTON, 1993).

Mas o fato de que as restrições dadas pelo trabalho familiar sejam menos importantes (ou até desapareçam) não significa que a existência de laços familiares na gestão e na propriedade do negócio não tenha um peso decisivo no comportamento particular desta forma de agricultura. Ou nos termos de GASSON & ERRINGTON (1993) referindo-se aos "empreendimentos familiares" (*farm family businesses*): *"eles comportam-se de maneira diferente de negócios não familiares porque são negócios familiares. Da mesma forma, empresas agrícolas familiares diferem de outros tipos de empresas familiares por serem agrícolas"* (sublinhado no original).

Esta pode ser a base de questões dirigidas especificamente à compreensão da dinâmica da agricultura familiar - ou mais provavelmente, das agriculturas familiares - numa situação em que as características tipicamente camponesas são cada vez menos importantes. Ao mesmo tempo, os dados desta pesquisa mostram (como de resto já o haviam feito os de KAGEYAMA & BERGAMASCO, 1989/90) uma imensa diversidade no interior da agricultura familiar que, dificilmente, pode ser reduzida a certas leis comuns explicativas de seu comportamento.

Mas para isso, é necessário um trabalho que

incorpore aquilo que esteve ausente nestes dados: informações referentes à própria família e à maneira como esta se relaciona com a unidade produtiva.

#### 4.2 - Área, Produção e Valor: a Relação Inversa tem Validade?

Auto-exploração: este foi o termo empregado por Alexander Chayanov para resumir um fenômeno por ele observado em seus minuciosos estudos estatísticos do campesinato russo e teorizado em sua obra mais importante (CHAYANOV, 1966). Basicamente, a idéia é que faz parte do comportamento camponês contrabalançar a baixa produtividade do trabalho por uso particularmente intensivo da terra. Ou seja, o valor obtido por unidade de trabalho tende a ser menor que nas unidades capitalistas, o que é compensado por um uso bem mais intensivo do solo. O camponês se "auto-explora", à medida que sua organização produtiva consiste na montagem de um estratagema em que vai valorizar a renda bruta obtida pelo conjunto do trabalho familiar, muito mais que o retorno de cada unidade de trabalho envolvida com o processo produtivo<sup>18</sup>.

Em termos estatísticos, este comportamento econômico se traduz num parâmetro que se tornou quase clássico: uma das características fundamentais das agriculturas dos países pobres são os baixos retornos do trabalho e a alta intensificação do uso da terra. É quase clássica a asserção segundo a qual os menores imóveis representam a maior parte dos informantes ocupando a menor parte da área, mas contribuindo com uma produção por área muito superior à dos maiores imóveis e absorvendo muito mais trabalho que estes últimos.

Nestas situações o que se observa é a evolução em sentido inverso de dois parâmetros fundamentais: área e valor da produção. Um importante especialista internacional nestes temas (EL-GHONEMY, 1990) sintetiza uma série de estudos (inclusive o do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), levado adiante por Solon Barraclough) em que se verificam duas tendências:

a) o produto por área cai sistematicamente com o aumento da superfície das fazendas e

<sup>17</sup>Parece importante, neste caso, fornecer a citação original: *"Economic and social behaviour in farm family business is likely to differ from non-family businesses because of the interaction between the two components, the farm family or household"*.

<sup>18</sup>Para explicação mais detalhada, ver ABRAMOVAY (1992), especialmente o capítulo II.



b) o mesmo ocorre com relação à utilização de trabalho, muito menor nas grandes fazendas que nas pequenas.

BERRY & CLINE em seu estudo de 1979 batizaram esta tendência como *inverse relationship*<sup>19</sup>. Num importante seminário sobre desenvolvimento rural realizado em 1991, LIPTON (1993) retoma os argumentos já empregados por Berry e Cline, mostrando, entretanto, que em muitas situações dos países do Hemisfério Sul, esta relação inversa já não ocorre.

Este parece ser o caso do Estado de São Paulo. A impressão que emerge destes dados é a de que não estamos diante de situações "chayanovistas" ou tipicamente camponesas em que a exigüidade da área disponível é compensada por uma intensificação da produção por área. O exame da tabela 7 é importante porque permite que se relacione as partes proporcionais com que cada classe e cada grupo de área participam no número de informantes, na quantidade de dias-homem, no valor da produção e na área.

De fato, como já seu viu, o menor estrato da classe 1 absorve 13,75% do total do trabalho do Estado para produzir apenas 3,86% do valor. Diferentemente do que se poderia esperar de uma situação tipicamente "chayanovista", eles ocupam uma área proporcionalmente pouco superior à parcela de valor que produzem.

Um dos dados mais interessantes da pesquisa é que na relação área/valor da produção, a *inverse relationship* de Berry e Cline não se verifica para o Estado de São Paulo. Os menores imóveis da classe 1 (e note-se que, em termos absolutos eles são um quarto de todos os imóveis do Estado) têm proporção quase que equivalente entre estas duas variáveis. Observe-se, porém, que nos estratos de área superiores, a relação entre valor da produção e área é, na maior parte dos casos, muito próxima.

Já a relação entre valor da produção e dias-homem indica que nos maiores imóveis (acima de 500,0 hectares) o peso da pecuária deve ser muito grande. Os grandes imóveis com mais de 500,0 hectares da classe 3 usam apenas 5,38% dos dias-homem para produzir 12,31% da produção em 15,92% da área, e os imóveis com mais de 500,0 hectares da classe 4 usam 5,19%

dos dias-homem para produzir 16,01% do valor da produção em 16,02% da área.

É claro que o peso econômico da cana-de-açúcar e da laranja na agricultura paulista contribuem para explicar que a produção por área nos grandes imóveis é maior que a esperada habitualmente numa situação de grande concentração fundiária como a do Estado de São Paulo. Como se viu no item 3.5 acima, se não se levar em consideração os três principais produtos do Estado, o peso dos pequenos imóveis na produção aumentaria consideravelmente: mas não a ponto de caracterizar aquilo que Berry e Cline chamaram de *inverse relationship*.

Se os pequenos imóveis não intensificam tanto a área como se poderia esperar de situações tipicamente camponesas, isso se relaciona também com o alto grau de urbanização do meio rural em São Paulo. Os dados desta pesquisa mostram que os imóveis da classe 1 constituem 50,87% dos informantes (Tabela 1), mas apenas 28,55% dos dias-homem (Tabela 3). Note-se que esta desproporção entre informantes e dias-homem praticamente não existe na classe 2 e que nas classes 3 e 4, ela toma o sentido oposto com que aparece na classe 1: a proporção de dias-homem aí é superior à proporção de imóveis representada por cada uma destas classes.

É uma clara indicação de que os imóveis patronais respondem pela maior parte do trabalho. Mas o fato de que, com metade dos informantes, a classe 1 contribua com pouco mais de um quarto das horas trabalhadas aponta para três fenômenos importantes:

a) muitos membros da família trabalham fora do imóvel, inclusive em ocupações não-agrícolas. É importante lembrar que, no Estado de São Paulo, são muito freqüentes os casos em que mesmo pequenos sítiantes moram na cidade e deslocam-se para o sítio diariamente<sup>20</sup>. Existe imensa mobilidade da mão-de-obra e um mercado de trabalho muito dinâmico no interior de São Paulo que provavelmente explica o fato de que os imóveis que ocupam exclusivamente mão-de-obra familiar são metade do total, mas que empregam apenas um

<sup>19</sup>CARTER & MESBAH (1993) falam de situações em que "quantidades imensas de trabalho explicam a maior produtividade por hectare das menores unidades produtivas".

<sup>20</sup>Referindo-se a uma área de produção de algodão no Estado de São Paulo, BRUMER et al. (1993) notam que "...a maioria das famílias reside na cidade, o que limita o campo, no contexto de uma produção tipicamente camponesa, ao que habitualmente seria o espaço 'doméstico'..."

quarto do tempo de trabalho gasto na agricultura;

b) as famílias agrícolas no Estado de São Paulo são menores que a média nacional, o que - diferentemente da situação constatada por BRUMER et al. (1993) no Cariri, por exemplo -, limita a unidade produtiva como "refúgio" de mão-de-obra<sup>21</sup> e

c) em outras palavras, a hipótese aqui levantada é que a precariedade da situação agrícola dos menores imóveis da classe I não é, provavelmente, sinal de que aí existe uma grande concentração da pobreza rural.

## 5 - CONCLUSÕES

a) O ambiente intelectual com relação à agricultura familiar mudou muito desde o início desta década e parece superado o momento em que se assimilava automaticamente agricultura familiar e produção de baixa renda. Foi possível assim abrir um novo campo de estudos onde o objeto não é tanto a constatação da inevitável pobreza e degradação das unidades familiares, mas cada vez mais seu potencial de crescimento econômico. É neste ambiente intelectual que surgem os estudos de KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90), os de GUANZIROLI coord. (1994) e os dados aqui apresentados.

b) A agricultura paulista é predominantemente patronal. Embora conte com dois terços dos imóveis, as unidades familiares entram com um terço do valor da produção agropecuária do Estado.

c) O desempenho econômico da agricultura familiar aproxima-se daquele verificado na média do Estado, com exceção dos imóveis com menos de 20 hectares que não empregam qualquer tipo de trabalho assalariado: nestes imóveis a produtividade do trabalho, bem como o rendimento econômico do uso da terra, parece estar abaixo da média estadual.

d) Estes pequenos imóveis que não empregam assalariados e que possuem menos de 20 hectares têm renda agrícola baixa, mas não intensificam o uso de mão-de-obra por unidade de área, como costuma ocorrer em situações tipicamente camponesas. É necessário

aprofundar a pesquisa neste sentido para verificar a hipótese aqui sugerida: seus habitantes conseguem, provavelmente, compensar sua baixa renda agrícola com outras ocupações pelas quais acabam evitando a pobreza rural.

e) Em franco contraste com os pequenos imóveis que não empregam qualquer assalariado (classe I), aqueles que o fazem, mas em proporção menor que a contribuição da mão-de-obra familiar (classe 2), apresentam desempenho econômico invejável.

f) Os imóveis patronais de São Paulo escapam do modelo convencional que caracteriza grandes unidades produtivas em situações de concentração fundiária: o valor da produção por unidade de área em São Paulo não parece diminuir conforme aumenta o tamanho das superfícies observadas.

g) É de maneira muito limitada que as classes utilizadas nesta pesquisa são capazes de descrever comportamentos sociais e econômicos. Nesse sentido, vários dos indicadores aqui levantados só podem ter significado como base para futuros trabalhos de campo. Em outras palavras, esta pesquisa, nem de longe, tem a pretensão de oferecer uma técnica universalmente válida para o conhecimento empírico da agricultura familiar.

## LITERATURA CITADA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs/Edunicamp/Hucitec, 1992. 275p. (Estudos Rurais, 12).

\_\_\_\_\_. As armadilhas da pequena produção. **Informações Econômicas**, SP, v.22, supl.01, p.23-30, 1993.

ANEFALOS, Lilian C.; VICENTE, José R.; FAGUNDES, Lucio. Uma rotina de redimensionamento de amostras para estimativas de safras através do Statistical Analysis Software (SAS). \_\_\_\_\_, SP, v.24, n.5, p.22-30, maio 1994.

BERGAMASCO, Sonia M.P. Família e trabalho rural no Brasil e no Estado de São Paulo. \_\_\_\_\_, SP, v.22, supl.01, p.7-16, 1993.

BERRY, R.A. & CLINE, William R. **Agrarian**

<sup>21</sup> "Em Leme, a estrutura familiar é mais homogênea e o grupo familiar mais reduzido: 52% das famílias têm dois ou três filhos e 74% dos grupos domésticos são constituídos de três a cinco pessoas" (BRUMER et al., 1993).

- structure and productivity in developing countries. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.
- BRUMER, Anita et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar - Comparação internacional - I - Uma realidade multiforme**. São Paulo: Edunicamp, 1993. 336p.
- CAMPOS, Humberto & PIVA, Luiz H. O. Dimensionamento de amostra para estimativas e previsão de safras no estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.21, n.3, p.65-88, mar. 1974.
- CARTER, M.R. & MESBAH, D. "State-mandated and market-mediated land reform in Latin America". In: LIPTON, M. & VAN DER GAAG, J. **Including the poor - proceedings of a Symposium Organized by the World Bank and the International Food Policy Research Institute**. Washington: World Bank Regional and Sectoral Studies, 1993. p.278-305.
- CHAYANOV, A.V. **Peasant farm organization**. In: THE THEORY of peasant economy. Homewood, Illinois: American Economic Association, 1966. p.29-269.
- DE JANVRY, A. et al. **Rural development in Latin America: an evaluation and a proposal**. s.l.p.: IICA, 1989.
- EL-GHONEMY, M.R. **The political economy of rural poverty - the case for land reform**. Routledge, Londres e Nova York, 1990.
- GASSON, Ruth & ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993. 290p.
- GUANZIROLI, Carlos E. (Coord.). **"Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar"**. Brasília: FAO/INCRA, 1994. 98p. (Projeto UTF/BRA/036/BRA).
- KAGEYAMA, Angela & BERGAMASCO, Sonia M. P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Perspectivas**, SP, v.12/13, p.55-72, 1989/90.
- LIPTON, Michael. "Land reform as commenced business: the evidence against stopping". **World Development**, v.21, n.4, p.641-657, 1993.
- PINO, Francisco A. Detecção e correção de erros em levantamentos agrícolas. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v.21, n.9, p.979-985, set. 1986.
- PREÇOS médios recebidos pelos agricultores no estado de São Paulo, novembro e dezembro de 1991. **Informações Econômicas**, SP, v.22, n.1, p.33, jan. 1992.
- SANDRONI, Paulo. "A questão agrária e o socialismo: notas sobre problemas econômicos e políticos". In: STÉDILE, J.P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRS, 1994. 322p.
- VEIGA, José E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991. 219p. (Estudos Rurais, 11).

## NOVOS DADOS SOBRE A ESTRUTURA SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO

### Anexo 1

A base da tipologia proposta por KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90), de resto, tanto quanto a desta pesquisa, são as relações de trabalho predominantes na agropecuária. Portanto não se trata de inferir o que é a agricultura familiar a partir de critérios como renda ou área, mas de tentar usar como parâmetro classificatório as formas predominantes de organização do trabalho. Para identificar a agricultura familiar, KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90), a partir de tabulações especiais do Censo Agropecuário, construíram, primeiramente, dois subconjuntos.

a) **empresas não familiares**: estabelecimentos dirigidos por administrador e aqueles que não utilizam nenhum membro não remunerado da família.

b) **conjunto familiar**: não são dirigidos por administradores contratados e utilizam, de alguma forma, mão-de-obra familiar.

Mas como diferenciar internamente este conjunto familiar? O critério de diferenciação, para elas, será *"a presença e o peso relativo do trabalho contratado (externo à família), já que se atribui a este elemento um peso qualitativo fundamental que permite definir os diferentes tipos de produção familiar"* (BERGAMASCO, 1993). Daí, uma nova subdivisão:

b.1 - **familiares puros**: não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família do produtor, nem permanentes, nem temporários, nem parceiros, nem empreitada.

b.2 - **familiares complementados por empregados temporários**: possuem algum tipo de temporários, mas não permanentes.

b.3 - **empresas familiares**: têm trabalhadores permanentes (podendo ou não usar temporários).

Existem vários obstáculos que dificultam a comparação dos resultados das duas pesquisas. Os dados deste estudo foram coletados em 1991, os de KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90) vêm dos Censos Agropecuários de 1980 e 1985. Esta pesquisa trabalhou com **imóveis**, os Censos com **estabelecimentos**. E sobretudo a montagem da estratificação é bastante diferente nos dois casos.

Evidentemente, os resultados não poderiam

ser semelhantes e convidam a algumas reflexões para que se possa aprofundar o debate tanto metodológico, quanto sobre a própria estrutura social do desenvolvimento agrícola. KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90) expõem alguns dos principais resultados do trabalho que se comentará criticamente abaixo:

a) 45% dos estabelecimentos agropecuários em São Paulo pertencem ao subconjunto das **empresas não familiares**<sup>1</sup>. Que os estabelecimentos patronais respondam pela maior parte do valor da produção ou da área ocupada em São Paulo, isso parece provável. Mas é estranho que representem quase metade de todas as unidades produtivas.

b) Convém notar também que os **familiares puros** correspondem no estudo de KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90) do total de estabelecimentos, enquanto neste estudo eles eram 50% do total de imóveis.

c) É importante testar a hipótese na qual se baseia, em grande parte, a tipologia proposta por aquelas autoras: a de que o emprego de trabalho permanente é um indicativo de diferença qualitativa, na natureza do estabelecimento, com relação àqueles que empregam apenas trabalho temporário. É verdade que, os dados desta pesquisa e os de Kageyama e Bergamasco não são facilmente comparáveis. Mas o fato é que os dados levantados por esta pesquisa não corroboram a hipótese em que se baseia a estratificação por elas adotada (Tabela A.1.1). Nota-se que o **número médio** de dias-homem empregado na **classe 2**, na condição de assalariados permanentes, é maior que aquele empregado na condição de assalariados temporários. Um imóvel entre 20,0 e 100,0 hectares da **classe 2** emprega em média 130,60 dias-homem na condição de temporários e 300,17 dias-homem na condição de permanentes (Tabela A.1.2).

d) O **desempenho econômico** de cada classe

<sup>1</sup>Lembre-se que no caso desta pesquisa, a soma das classes 3 e 4 corresponde a 36,28% dos imóveis (Tabela 1), e que a classe 4 parece estar superestimada como agricultura patronal pela provável inclusão em seu interior de chácaras de recreio.

TABELA A.1.1 - Importância Relativa das Categorias de Estabelecimentos Agropecuários no Total da Agricultura, Estado de São Paulo, 1980

Item	Número (%)	Área total (%)	Área média (ha)	Pessoal ocupado (%)	Valor da produção (%)	% do nº de tratores
Familiar puro	27,60	6,90	18,50	16,80	7,5	9,40
Familiar + temporário	18,20	8,30	33,50	16,70	10,30	14,90
Empresa familiar	8,70	13,60	115,60	15,00	17,30	19,20
Empresa não-familiar	45,50	71,20	115,50	51,50	64,90	56,50
Total	100,00	100,00	73,80	100,00	100,00	100,00

Fonte: BERGAMASCO (1993), a partir de tabulações especiais do Censo Agropecuário.

TABELA A.1.2 - Número Médio de Dias-Homem, por Classe de Imóvel e Categoria de Trabalhador, Estado de São Paulo, 1991

Estrato (ha)	Classe	Dias-homem médio				
		Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Assalariado permanente	Assalariado temporário
3,1 a 20,0	1	656,96	466,64	474,68	-	-
	2	660,51	812,10	259,11	433,02	96,47
	3	304,99	100,00	-	559,94	466,95
	4	-	-	-	443,73	262,80
20,1 a 100,0	1	645,92	437,69	830,00	-	-
	2	623,35	272,29	885,29	300,17	130,60
	3	305,84	154,94	312,05	797,56	620,34
	4	-	-	-	593,69	2.274,30
100,1 a 500,0	1	811,73	768,87	1.063,12	-	-
	2	755,29	478,00	1.201,13	491,35	318,67
	3	403,94	241,81	434,62	4.903,84	875,92
	4	-	-	-	1.478,30	10.700,29
Acima de 500,0	1	608,48	2.952,79	1.462,62	-	-
	2	605,89	1.278,46	2.017,50	620,66	296,90
	3	440,46	556,81	1.457,48	3.781,91	3.198,14
	4	-	-	-	5.773,68	5.637,47

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

apresenta um perfil igualmente problemático. A área média da empresa não familiar é praticamente idêntica à da empresa familiar (Tabela A.1.1). *"Este conjunto familiar parece estar superestimado. Pelo critério adotado, as unidades que usam trabalho familiar, no Brasil, ocupam pouco mais de 40% da área total, geram 50% do valor da produção, abrigam quase 75% do pessoal ocupado e mais de 50% dos tratores utilizados na agricultura"* (BERGAMASCO, 1993). A unidade familiar de produção parece ser a forma dominante num país como o Brasil, o que não é lá muito verossímil.

De qualquer maneira, é importante frisar que o trabalho de KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90) é pioneiro no sentido de que representa a primeira tentativa de quantificação do peso social e econômico da agricultura familiar com base em critérios que escapam da assimilação entre esta classe e a "pequena produção". Nesse sentido, as observações aqui expostas não devem escamotear a contribuição fundamental do trabalho daquelas autoras para um conhecimento mais aprofundado da estrutura social no campo brasileiro.